

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
Contabilidade Avançada
Contabilidade de Entidades de Previdência Privada e Seguradoras
Contabilidade Fiscal e Tributária
Microeconomia
Planejamento e Gestão Governamental
Psicologia Aplicada às Organizações

Gestão Fiscal e Previdenciária das Organizações

Bárbara Patrícia de Jesus Geraldi
Dayane Cristina de Lima
Diana Lima de Oliveira
Verônica Beatriz Parreiras

Belo Horizonte
26 outubro 2009

**Bárbara Patrícia de Jesus Geraldi
Dayane Cristina de Lima
Diana Lima de Oliveira
Verônica Beatriz Parreiras**

Gestão Fiscal e Previdenciária das Organizações

Artigo apresentado às disciplinas: Contabilidade Avançada, Contabilidade de Entidades de Previdência Privada e Seguradoras, Contabilidade Fiscal e Tributária, Microeconomia, Planejamento e Gestão Governamental, Psicologia Aplicada às Organizações do 4º período do Curso de Ciências Contábeis turno da Noite do Instituto de Ciências Contábeis da PUC Minas/BH.

Professores: Carlos Joarestes das Graças Ferreira
Geraldo de Assis Souza Júnior
Lineu do Amaral Freitas
Andre Mourthe de Oliveira
Amaro da Silva Junior
Joana D' Arc Alves

Belo Horizonte
26 outubro 2009

GESTÃO FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DAS ORGANIZAÇÕES

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fundamental analisar a gestão fiscal e previdenciária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa MG. Interessa neste contexto construir um paralelo com a despesa tributária da Companhia que se torna receita para o Governo e a aplicação destes recursos à sociedade. Para fazer esta análise se utiliza como base as Demonstrações contábeis da Copasa e as demonstrações do Estado de Minas Gerais do ano de 2008.

Pretende-se analisar também o quanto a Copasa produziu de riquezas em 2008 e o quanto foi distribuído aos funcionários, financiadores, governo, acionistas, etc.

No aspecto fiscal procurou-se demonstrar os gastos da Companhia com tributos, fazendo um confronto com a receita de 2008. Nesta perspectiva buscou-se comparar o declínio ou crescimento destes gastos. Logo constataremos se a Companhia possui uma gestão fiscal eficaz.

Ao contrário da gestão fiscal, no Brasil, a gestão previdenciária não é uma prática comum nas empresas, não fazendo parte da política de recursos humanos da maioria delas. É praticada, quase que exclusivamente nas empresas de grande porte privadas e públicas. Muitos empresários a consideram um entrave na otimização da atividade empresarial, pois para estes, quanto menor for o gasto com pessoal, maior será o lucro.

Dentre as principais fontes de pesquisa utilizadas pelo grupo para o desenvolvimento deste trabalho, destacam-se as demonstrações financeiras da Copasa, diversos livros, leis e também meios eletrônicos. Através de uma entrevista realizada com um funcionário da Copasa, o trabalho aborda também os demais benefícios oferecidos pela empresa e como os mesmos são percebidos por seus colaboradores.

PALAVRAS-CHAVE

Gestão fiscal e previdenciária; tributos; planejamento; elisão; evasão fiscal e demonstrações financeiras.

1 INTRODUÇÃO

A gestão fiscal é a tomada de decisões das empresas, considerando as diversas alternativas constantes na legislação.

Entende-se por gestão previdenciária as práticas de recursos humanos com a finalidade de fornecer aos seus empregados planos de previdência complementar, com o objetivo de cobrir o espaço deixado pela previdência social, fazendo com que o participante detenha um benefício adicional oferecido pela previdência complementar, visando manter sua renda equiparada ao nível de renda de quando estava em plena atividade.

Para analisar a gestão previdenciária nas Organizações utilizam-se como objeto de estudo as demonstrações contábeis e sociais referentes ao exercício de 2008 da Copasa, devido a sua ampla atuação social e clareza das informações.

A Copasa é uma sociedade de economia mista por ações, de capital autorizado, organizada pelo Estado de Minas Gerais com fundamento na Lei Estadual nº. 2.842, de 05 de julho de 1963 e no decreto nº. 7.200, de 04 de outubro de 1963, reestruturada com fundamento da Lei Estadual nº 6.084, de 15 de maio de 1973 e no Decreto nº. 15.512, de 30 de maio de 1973, com as alterações da Lei nº 6.475, de 14 de novembro de 1974 e da Lei nº 13.663, de 18 de julho de 2000.

É um ente da administração indireta do Estado de Minas Gerais, responsável pelo saneamento básico de mais 12 milhões de pessoas, em 600 municípios mineiros. Ademais, a Copasa planeja, projeta, executa, amplia e explora serviços públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários, inclusive os serviços relativos à coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial.

Foi fundada em 1963, com a seguinte denominação social: Companhia Mineira de Água e Esgotos – Comag. Em 1973 o governo criou o Plano Nacional de Saneamento – Planasa, que definia metas a serem alcançadas pelo país na área de saneamento e destinava recursos financeiros para consecução dessa política. O Departamento Municipal de Águas e Esgoto – Demae, que cuidava do saneamento em Belo Horizonte na época, aderiu à Comag, beneficiando-se dos recursos federais a serem repassados através do Planasa. A partir daí a Comag começou a passar por uma série de modificações, dentre elas, a alteração de seu nome para Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, através da Lei 6.475, de 14 de novembro de 1974.

2 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

A previdência complementar, como o próprio nome indica, tem o objetivo de complementar os benefícios da aposentadoria e auxílio doença oferecidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). É como uma poupança de longo prazo, onde o trabalhador conta também com a contribuição financeira da empresa (Martins, 2006).

Em 07 de dezembro de 1982, a Copasa assinou um convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundasemg, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela Previminas – Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais. Portanto ela oferece plano de previdência complementar a todos os seus funcionários.

O plano foi estruturado na modalidade benefício definido (BD). Nesta modalidade o participante tem conhecimento prévio do valor do benefício que receberá no futuro, cuja fórmula de cálculo é estabelecida no regulamento. A Copasa e o participante contribuem com o necessário para viabilizar o pagamento do benefício. No plano da Copasa, a contribuição da Companhia é equivalente à contribuição do funcionário.

Os benefícios do plano abrangem os participantes autopatrocinados, participantes ativos e seus beneficiários. Os benefícios são: suplementação da aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de contribuição, suplementação da aposentadoria especial, auxílio doença e 13º salário para os participantes ativos. Já para os beneficiários de participantes ativos e autopatrocinados o plano de previdência da Copasa oferece suplementação da pensão, do auxílio reclusão, pecúlio por morte e suplementação do 13º salário.

Os dados obtidos nas demonstrações financeiras da Copasa mostram que em 2008 a Companhia possuía 10.490 funcionários participantes de seu plano de benefícios, conforme tabela abaixo:

Participantes ativos	2007	2008
<i>Quantitativo</i>	10.615	10.490
<i>Idade média (anos)</i>	41,63	42,63
<i>Tempo médio de serviço (anos)</i>	14,29	15,31
<i>Tempo médio de serviço futuro (anos)</i>	14,47	14,5
<i>Salário médio mensal</i>	R\$ 2.032,00	R\$ 2.231,00
<i>Folha salarial anual (13x)</i>	R\$ 280.463.483,00	R\$ 304.211.469,00

Figura 1.1: Resumo dos dados cadastrais dos participantes.

Fonte: Demonstrações Financeiras da Copasa.

Constata-se que em comparação com 2007 o número de participantes no plano de benefícios era maior, mas a diferença não é significativa (125 participantes).

A tabela abaixo apresenta informações quantitativas sobre os participantes do plano de previdência da Copasa que estão na fase de recebimento, ou participantes assistidos. No exercício de 2008 a Copasa possuía 2.224 ex-funcionários aposentados recebendo a complementação da aposentadoria. A média salarial é de 981 reais por participante assistido. O que comprova que o plano de benefícios da Copasa apenas complementa a aposentadoria do INSS.

Participantes aposentados/beneficiários recebendo pensão por morte	2007	2008
<i>Quantitativo</i>	2.082	2.244
<i>Idade média</i>	58	59
<i>Benefício médio mensal</i>	893	981
<i>Folha anual de benefícios (13x)</i>	24.160.593	26.623.566
<i>Receitas efetivas no ano</i>	42.091.438	56.294.016
<i>Contribuição do empregado</i>	16.146.058	22.809.611
<i>Contribuição da empresa</i>	25.945.379	33.484.405
<i>Despesas efetivas no ano</i>	26.066.991	28.366.463

Figura 1.2: Resumo dos dados cadastrais dos participantes.

Fonte: Demonstrações Financeiras da Copasa.

2. Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço de	31/12/2007	31/12/2008
2.1 Valor presente das obrigações atuariais	1.032.073	972.586
2.2 Valor justo dos ativos do plano	-633.869	-698.195
2.3 Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos (2.1 + 2.2)	398.204	274.391
2.4 Ajustes por diferimentos permitidos		
a) (Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	239.052	89.592
2.5 Passivo atuarial líquido total a ser provisionado (2.3 - 2.4 a)	159.152	184.799

Figura 1.3: Resumo dos dados cadastrais dos participantes.

Fonte: Demonstrações Financeiras da Copasa.

Tratando-se ainda da temática atuarial, em 2008 a Companhia registrou em sua demonstração um passivo atuarial de R\$ 194.748.

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceder o maior valor entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, amortizado pelo serviço futuro médio dos Participantes do plano. A Copasa registra seu passivo atuarial, no passivo circulante e não circulante, o valor contratado junto a estas entidades para cobertura da insuficiência de reservas, sempre que este for superior ao valor calculado sob a responsabilidade de atuários independentes, adotando-se o método de crédito unitário projetado, de acordo com o previsto na Deliberação CVM nº 371/2000. Este método tem como princípio o incremento Método de avaliação individual dos compromissos com uma massa segurada, que se baseia no

incremento anual das reservas matemáticas de uma fração custo do total do plano sem projeção de crescimento salarial.

Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência. Em 2008 a Copasa apresentou em seu passivo circulante um valor de R\$ 15.922 destinados a gastos com previdência complementar e no passivo não circulante o valor de R\$ 178.062.

Além do plano de previdência complementar os funcionários da Copasa contam com diversos outros benefícios, tais como participação nos lucros, anuênio, gratificação por tempo de serviço, ticket de refeição, ticket de alimentação, cesta básica, cesta de natal, auxílio educação, auxílio creche. A empresa oferece também seguro de vida em grupo, auxílio funeral, vale transporte e gratificação por dirigir veículo.

Com intuito de exprimir a importância de tais benefícios para os funcionários, o grupo entrevistou Antônio Silveira Aleixo, colaborador da Copasa há mais de 7 anos. Para ele os benefícios oferecidos pela Companhia são muito importantes, pois complementam a renda.

O entrevistado também ressalta que a Companhia tem uma grande responsabilidade social, pois desenvolve vários programas para os funcionários e os familiares, como por exemplo, o Programa de Educação que promove a alfabetização de 1ª a 8ª série de empregados, após o horário de trabalho, em salas de aula montadas na própria empresa. Outro programa muito importante para os colaboradores é o Programa de Prevenção e Atendimento ao Sujeito em Relação ao Álcool e às Drogas - PASA – que aborda a prevenção e o tratamento do alcoolismo, tabagismo e outras dependências químicas, que comprometem o relacionamento interpessoal e laboral de empregados, numa perspectiva bio-psico-social voltada para a melhoria da qualidade de vida e recuperação do indivíduo. Em 2008 a Copasa deu continuidade às ações de prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas, com a formação de mais de 60 agentes multiplicadores desse programa.

A Companhia também desenvolve uma série de outros programas não citados por nosso entrevistado, como o Programa de Apoio e Prevenção à AIDS - APA – esse programa trabalha a prevenção, promovendo ações informativas de forma a propiciar ao empregado condições para evitar a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, entre elas a AIDS. Presta assistência ao empregado portador do vírus HIV, doentes de AIDS e seus familiares. O Programa de Apoio à Família e ao Adolescente oferece orientações médicas, psicológicas e sociais para grupos de adolescentes, filhos de empregados da empresa. A Galeria de Arte dos Empregados da COPASA é um espaço de valorização dos empregados, destinado a estimular sua expressão artística, descobrir novos talentos e a humanizar as

relações empresariais. O Coral COPASA é composto por empregados e dependentes. O coral participa de eventos sociais e culturais, divulgando o nome da empresa. A Cia. de Teatro Água Viva é composta por empregados da COPASA, de forma lúdica, vem motivando e provocando reflexões sobre temas relacionados à saúde do trabalhador.

A Companhia desenvolve também o Programa de Planejamento Financeiro Familiar que tem como estratégia sensibilizar os empregados para a necessidade do planejamento do orçamento pessoal e familiar e a importância da liquidez financeira, por meio da formação de multiplicadores, realização de palestras, prestação de orientações individuais e da exibição de peça de teatro montada com essa finalidade. Em 2008, o Programa alcançou mais de 3000 empregados em todo o Estado, atingindo inclusive profissionais de outras empresas. A Copasa também desenvolve projetos na área de saúde e segurança. Também em 2008, buscando aliar conforto, saúde e eficiência, foi editado o Guia de Conforto e Saúde, elaborado pelo Grupo de Trabalho em Ergonomia. Este guia orienta sobre mobiliário e equipamentos, além de conter recomendações sobre posições confortáveis no ambiente de trabalho.

A COPASA conta também com uma biblioteca e um arquivo técnico, onde estão armazenados os materiais bibliográficos, com um acervo de 33.000 registros, que incluem livros, periódicos, normas técnicas, material áudio-visual, entre outros. Especializada em Engenharia Sanitária e Ambiental, tem mantido um acervo atualizado constantemente, não só nesse assunto, mas também em outros de interesse às atividades desenvolvidas pela empresa como administração, finanças, planejamento, recursos humanos, etc. Considerada como referência estadual e municipal em sua especialidade, a biblioteca tem atendido não só os empregados da empresa, mas estudantes de todos os níveis, técnicos e pesquisadores de outras instituições interessados no assunto.

A Companhia divulga trimestralmente em seus veículos de comunicação, indicadores sociais internos como, por exemplo, o Balanço Social, a qual merece destaque o quadro funcional que faz comparativos com o quadro de funcionários de dois anos consecutivos e as metas pretendidas para o ano subsequente. A análise deste quadro é bastante interessante, pois apresenta informações sobre a quantidade de funcionários do sexo feminino que trabalham na empresa e as que ocupam cargos de chefia. Faz um comparativo também de funcionários negros e com deficiência física e demonstra as contratações e demissões da empresa. O que indica transparência e preocupação social.

A preocupação da Companhia com seus colaboradores não está apenas no papel. De acordo com Antônio, colaborador da Copasa, esta preocupação é realidade na Companhia, pois a empresa divulga o número de acidentes de trabalho, estipulando metas e programas

para prevenção de riscos no desenvolvimento das atividades dos seus funcionários. O entrevistado conta, que os treinamentos são constantes com o objetivo de prevenir acidentes.

5 - Indicadores do Corpo Funcional		2008
Nº de empregados(as) ao final do período		11.116
Nº de admissões durante o período		405
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		757
Nº de estagiários(as)		101
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		4.336
Nº de mulheres que trabalham na empresa		1.195
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		19,36%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		4.350
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		13,80%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		383
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2008
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		36,66
Número total de acidentes de trabalho		386

Figura 2: Indicadores do corpo funcional.
Fonte: Demonstrações Financeiras da Copasa.

3 GESTÃO FISCAL

O que se percebe na gestão fiscal das empresas é a dificuldade em discernir planejamento tributário e evasão fiscal. O planejamento tributário consiste em encontrar meios legais para pagar menos impostos, já à evasão fiscal é uma prática com intuito de encontrar brechas na legislação que levem há um menor recolhimento de tributos, em outras palavras, se trata de sonegação. De acordo com o Aurélio:

Sonegar é ocultar, deixando de mencionar nos casos em que a Lei exige a descrição ou a menção. Ocultar com fraude, eximir-se ao cumprimento de uma tarefa

Portanto é um ato ilícito e punível.

Fabretti (2001, p. 30) define o planejamento tributário da seguinte forma: “O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário.”

A Companhia, objeto de nosso estudo, não divulga suas práticas na gestão fiscal. Por ser uma empresa de economia mista de capital aberto possui por obrigatoriedade Assembléia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração. O Conselho Fiscal é um órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa e funciona de modo permanente.

A Copasa é optante pelo Lucro Real. Sua tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social (MARTINS, 2009).

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas não dedutíveis, ou exclusões de receitas não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Suas receitas de vendas e de serviços ainda são tributadas pelo PASEP cuja alíquota é de 1,65% e COFINS que incide alíquota de 7,5%.

De acordo com notas explicativas de 2008 a Companhia paga ICMS apenas de sua subsidiária, a Copasa Águas Minerais de Minas S.A. cujas alíquotas variam de 7 a 18%. A partir de 1961 a empresa suspendeu o recolhimento deste imposto em decorrência de ação direta de Inconstitucionalidade. Até o presente momento não há um entendimento definitivo do Poder Judiciário sobre essa questão.

Adicionalmente, o Estado de Minas Gerais aderiu ao Convênio 98/89 que autoriza os Estados e o Distrito Federal a concederem isenção do ICMS no fornecimento de água canalizada. Apesar da adesão ao convênio, a matéria é controversa uma vez que o atual RICMS (Regulamento de ICMS) do Estado de Minas Gerais (Decreto nº. 43.080/02) não recepcionou o referido convênio. Esta questão foi novamente discutida pelo Supremo Tribunal Federal, através da ação direta de Inconstitucionalidade nº. 2.224, interposta em 12 de junho de 2000, cuja Ementa definiu que o fornecimento de água tratada a consumidores finais constitui prestação de serviço público essencial, por expressa determinação constitucional. O mérito da ação não foi julgado, muito embora existam manifestações do STF e do STJ, bem como reiterado entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público. Em ação de execução fiscal de cobrança de ICMS proposta pelo Estado de Minas Gerais contra a Copasa, esta saiu vitoriosa junto ao Supremo Tribunal Federal, cuja decisão final, transitada em julgado, foi prolatada nos atos do Recurso Extraordinário nº. 450.460-0, publicada do Diário da Justiça da União em 09 de abril de 2007.

A análise foi baseada nos demonstrativos de 2008 da Companhia, portanto, até o referido exercício não há um entendimento definitivo por parte do Poder Judiciário. Também não há nenhuma definição do Poder Executivo Estadual quanto aos critérios de cálculo e exigência de cobrança do referido imposto.

Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do ICMS não está atualmente inserido no cálculo de tarifas da Companhia, não sendo cobrado dos clientes e, tampouco

repassado ao Governo Estadual, bem como inexistente qualquer autuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão de ICMS. Ações como está indicam que a Companhia encontrou um meio legal de pagar menos impostos, reduzindo assim o custo do seu serviço e aumentando sua receita líquida. Este é o resultado de uma permanente redução de custos empresariais.

Em 2008, o mercado consumidor da Companhia cresceu de forma significativa. Em relação ao abastecimento de água, a população atendida aumentou em 419 mil pessoas, um incremento de 3,5% no ano, atingindo 12,4 milhões de habitantes conectados à rede distribuidora. Esse crescimento decorre do fato de ter iniciado as operações de sistemas de abastecimento de água em novas localidades e do aumento da cobertura e do crescimento vegetativo nas localidades já operadas. O número de municípios atendidos com prestação de serviços de água passou de 596, em 2007, para 600 no ano de 2008, representando um índice de atendimento de 97,3% na área de atuação da Copasa e de 63,7% em relação à população total do Estado. Este desempenho resulta do crescimento no número de ligações da empresa, que atingiu 3,28 milhões de ligações faturadas de água, com acréscimo de 104 mil ligações no ano, sendo 23,1 mil ligações referentes ao início de faturamento de sistemas de água em novas localidades. A rede de distribuição de água foi ampliada em 2,6% (1.018 km), perfazendo um total de 40.716 km.

Quanto aos sistemas de esgotamento sanitário, a expansão foi bem maior, resultado do esforço empreendido para ampliar a prestação desses serviços. O número de municípios operados aumentou 29,4%, passando de 109 municípios em 2007 para 141 municípios em 2008, atendendo uma população total de 6,8 milhões de habitantes conectados à rede coletora, com incremento de 8,8% ou 547 mil pessoas no ano. O índice de atendimento em relação à população total do Estado aumentou de 32,0% para 34,9% em dezembro de 2008. Esse atendimento é realizado por meio de 1,69 milhões de ligações faturadas de esgoto, representando um aumento de 149 mil ligações (9,8%) em relação ao ano de 2007. Dessas, 70,2 mil referem-se ao início de faturamento de novas localidades. A rede coletora expandiu em 1.502 km, totalizando 14.725 km.

Seguem abaixo gráficos demonstrando a receita líquida, EBITDA e do lucro líquido da Companhia nos últimos 6 anos.

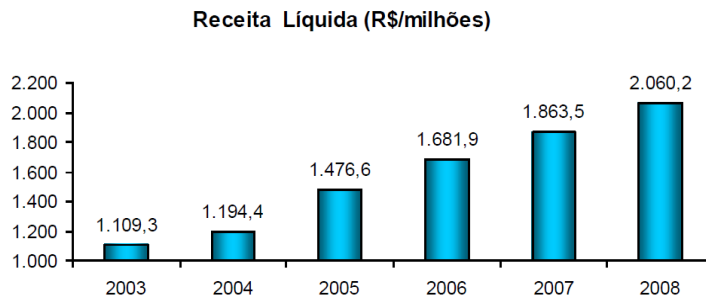


Figura 3.1: Receita líquida.

Fonte: Demonstrações Financeiras da Copasa.

Em relação ao resultado operacional, a COPASA apresentou em 2008 um crescimento das receitas totais líquidas (receita operacional líquida + outras receitas operacionais) de 10,9%, enquanto os custos operacionais totais líquidos de depreciações e amortizações elevaram-se em 3,7%, tendo em vista que no ano de 2007 foram realizados provisionamentos não recorrentes (Créditos-prêmio de IPI, PIS/PASEP e COFINS) que afetaram o resultado daquele ano. Com isso, o resultado operacional da Companhia medido pelo EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) atingiu R\$ 828,0 milhões no ano de 2008, uma elevação de 24,3% sobre os R\$666,1 milhões registrados em 2007.

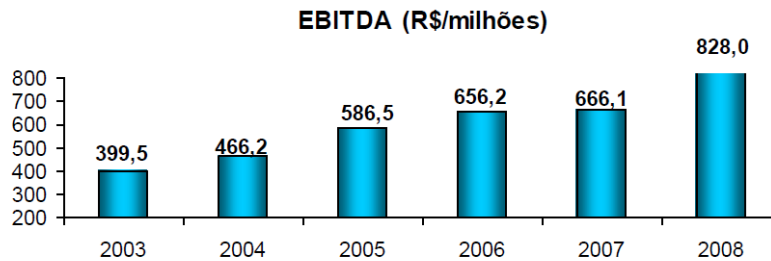


Figura 3.2: EBITDA

Fonte: Demonstrações Financeiras da Copasa

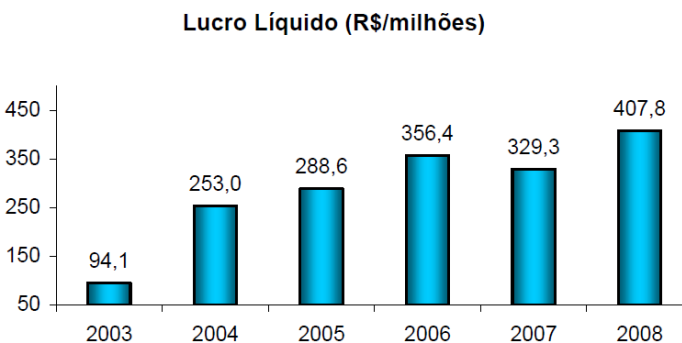


Figura 3.3: Lucro líquido

Fonte: Demonstrações Financeiras da Copasa

Através destes gráficos constata-se que a Companhia vem crescendo significativamente em curto prazo.

A demonstração do valor adicionado poderá integrar-se ao balanço social e destina-se a evidenciar o quanto a organização agrega de valor e sua distribuição na economia da sociedade na qual está inserida, ou seja, o quanto é repassado para empregados, governo, acionistas, financiadores de capital, etc. Ela distingue-se da demonstração do resultado do exercício, pois, esta voltada a apresentar aos sócios e acionistas o lucro líquido, enquanto a DVA informa a geração e distribuição da riqueza gerada pela entidade.

Segundo Caldarelli (2008, p. 60)

o objetivo é demonstrar o valor adicionado em cada um dos fatores de produção e o seu destino; a geração de tributos do governo; o dispêndio na remuneração dos empregados; a remuneração do capital de terceiros e a remuneração dos acionistas.

Através dos dados obtidos na DVA da companhia, dos R\$2.367.267 que corresponde ao valor total a distribuir, 56% é destinado para gastos com pessoal, que envolvem pagamento de salários (R\$ 1.144.770), benefícios (R\$ 131.566) e FGTS (R\$ 28.924). Depois dos gastos com pessoal, segue os gastos com tributos, que representam 19,46% do valor total a distribuir. Desse percentual, 19,32% é destinado para o Governo Federal, 0,13% para a esfera Estadual, 0,01% para o Município. O restante deste valor fica dividido entre a remuneração de capital no valor de R\$ 408.057 (17,25%) e a remuneração de capital de terceiros no valor de R\$ 193.128 (8,15%). Os dados da distribuição são demonstrados no gráfico abaixo.

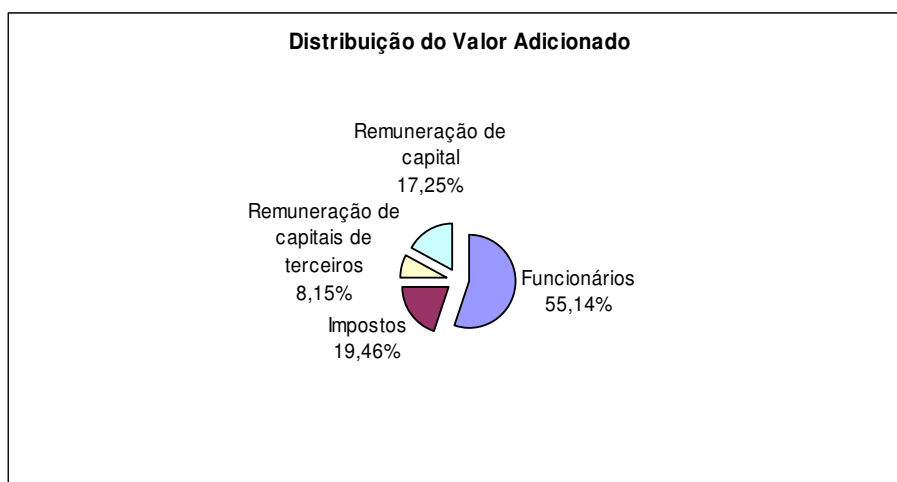


Figura 3.3: Demonstração do Valor Adicionado

Fonte: Demonstrações Financeiras da Copasa

Segundo Giacomoni (2002, p.136) a receita corrente tributária “compreende apenas a receita oriunda de tributos...”, ou seja, impostos, taxas e contribuições de melhoria. A receita tributária é a maior fonte de arrecadação de recursos dos entes federativos e representa para as organizações maiores custos no preço final. Por isso, a gestão fiscal é fundamental na redução de gastos.

O Plano Plurianual do Estado de Minas Gerais referente a 2008-2011 não identifica para onde é destinada a receita tributária arrecadada, mas demonstra onde são aplicadas todas as receitas, independente da origem, como por exemplo, em educação, defesa social, desenvolvimento de regiões carentes, programas sociais, entre outras.

Assim, analisaremos no âmbito estadual a demonstração do valor adicionado referente a 2008 da Copasa em comparação a receita corrente tributária arrecada pelo Estado de Minas Gerais. Para tanto, levantamos em reais e em percentagem o impacto da receita corrente tributária arrecadada pelo Estado de Minas Gerais. Logo em 2008 a Copasa desembolsou R\$ 460.822 em tributos, mas deste valor apenas 0,13% é destinado ao Estado de Minas Gerais, como mencionado anteriormente.. A receita tributária corrente arrecada pelo Estado de Minas Gerais totalizou em 2008 aproximadamente R\$ 2.706.660.129,00.

Outra comparação que verificaremos abrangerá a participação do Valor Adicionado Líquido em relação ao PIB nacional de 2008. Primeiramente, iremos classificar o principal produto da companhia, ou seja, o fornecimento de água potável e tratada para domicílios e empresas, quanto sua elasticidade de demanda.

De acordo com Vasconsello (2001, p.94), a elasticidade-preço demanda “mede o quanto a quantidade demandada responde a variações no preço”. Ademais, ele ainda acrescenta que um produto é considerado elástico quando a variação da demanda responde significativamente em variações no preço. Já produtos inelásticos não possuem variação tão considerável na sua demanda. Logo, a água é considerada um bem essencial para a população, assim como energia elétrica, telefone, alguns alimentos, remédios, entre outros. Além disso, a água também é um produto inelástico, ou melhor, a quantidade demandada não varia muito caso o preço sofra alterações para mais ou para menos. Mesmo com a instalação da crise financeira mundial em 2008 com reflexos também em 2009, nota-se que a Companhia obteve menor expansão, mas ainda positiva conforme a situação verificada no restante do país em empresas que suprem necessidades básicas da população. O PIB nacional em 2008 foi de R\$ 2,9 trilhões.

3.1 Aspectos fiscais nas operações de cisão, fusão e incorporação.

De acordo com o artigo 229 da Lei 6404/76:

cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a cisão.

Entende-se por incorporação a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações (art. 227 da Lei 6404/76). Na incorporação a sociedade incorporada deixa de existir, mas a empresa incorporadora continuará com a sua personalidade jurídica.

As operações de incorporação e cisão são utilizadas pelas empresas para realizar, na verdade, operações de aquisição. Dessa forma, evita-se a tributação do imposto de renda sobre a apuração de ganho de capital da operação que na realidade se constitui como uma operação de compra e venda. Assim, a economia tributária para a empresa, em caso de ganho de capital, será de 15% sobre o mesmo, de acordo com a legislação do imposto de renda.

Os prejuízos fiscais podem ser compensados em situações específicas através dessas duas operações. Na incorporação poderá ser realizada a compensação quando houver a incorporação de uma empresa superavitária, com lucros acumulados, por uma deficitária - que possuir prejuízos acumulados. Embora esta seja uma situação atípica, é perfeitamente possível, se a justificativa econômica da operação não for unicamente a de beneficiar-se tributariamente. Em caso de cisão, poderá haver a compensação de prejuízos quando a cisão for parcial, sendo permitido que a empresa cindida compense seus próprios prejuízos de forma proporcional à parcela remanescente do patrimônio líquido.

Na fusão duas ou mais sociedades se unem para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações (art. 228 da Lei 6404/76). Nesta operação todas as sociedades fusionadas se extinguem, para dar lugar à formação de uma nova sociedade com personalidade jurídica distinta daquelas.

Nas demonstrações analisadas não foi relatado nenhuma cisão, fusão, incorporação realizada pela Companhia ou no qual houve participação da mesma. Atualmente a Copasa é controladora de 100% das empresas do grupo.

CONCLUSÃO

O trabalho interdisciplinar possibilitou aos alunos do curso de Ciências Contábeis a análise da empresa pesquisada tendo como base as matérias lecionadas pelos professores. Isso permite ao aluno relacionar o que é estudado em sala de aula com o que acontece dentro das empresas atualmente. Através da pesquisa retromencionada, várias disciplinas já cursadas se tornam mais claras, pois o aluno pode identificar dentro da empresa pesquisada a teoria vista em sala. O que permite confrontar teoria com um pouco de prática.

O trabalho foi um desafio para o grupo, pois para desenvolver a pesquisa foi necessário fazer uma leitura das demonstrações contábeis da Copasa. Esta leitura, apenas se tornou possível em função da disciplina lecionada pelo professor Carlos Joarestes, que explicou de uma maneira objetiva e clara a elaboração da DRE e da DVA. Aprendendo a elaborar, aprendemos também a interpretar os valores, entendendo assim, a finalidade das demonstrações. Através da matéria Contabilidade Avançada o grupo pode entender as demonstrações contábeis da Copasa.

Tendo em vista a Gestão Fiscal nas empresas, o estudo feito na Copasa reafirma a importância de uma gestão empresarial eficiente. Conforme estudamos na disciplina lecionada pelo professor Lineu, a legislação fiscal é um assunto que exige bastante conhecimento e atualização do profissional da área. Vimos em sala de aula que legislação brasileira constantemente passa uma série de transformações, portanto é imprescindível que os conceitos e aspectos do Código Tributário Nacional estejam bem claros para o profissional que deverá estar em constante estudo. Há de se perceber a importância do tema planejamento fiscal e tributário, uma vez que, essa ferramenta possibilita uma vantagem competitiva nas empresas. Afinal pagar menos tributos significa menor repasse de custos ao consumidor, aumento nas vendas e conseqüentemente maior lucro.

No caso da Copasa, por se tratar de uma empresa prestadora de um serviço vital para a sociedade, conclui-se que a relação, repasse de custos e redução de vendas não acontece como na maioria das empresas. Através das demonstrações operacionais da Companhia, observa-se que seu lucro aumentou nos últimos 6 anos por conseqüência do atendimento a regiões que antes não possuíam água canalizada. Portanto é uma questão social, pois a Copasa visa o lucro, é claro, mas diferente de outras empresas, ela também precisa atender regiões carentes, mesmo que esse atendimento represente um custo alto. Muito depende também do planejamento do Governo de Minas Gerais. Como o planejamento é elaborado de forma a atender as demandas da sociedade, a Copasa, sendo um ente da administração indireta do Estado de Minas Gerais, assume essa responsabilidade social.

O consumo de água, portanto, não apresenta variações significativas na demanda se, por exemplo, houver aumento ou redução no valor do serviço prestado. Os conceitos de elasticidade foram estudados na disciplina Microeconomia, lecionada pelo professor André Mourthe. Portanto, se houver aumento nos serviços prestados pela Copasa, o consumo reduzirá pouco, já que a água é indispensável para todas as pessoas. O que varia é somente a quantidade consumida, uma variação relativamente pequena.

Em função das dificuldades enfrentadas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, o cenário da previdência complementar vem mudando no país. Assim como tem ocorrido diversas mudanças na contabilidade comercial, a contabilidade das entidades fechadas também está passando por diversas transformações. Trata-se de um processo de modernização na forma de gestão. A fiscalização exercida pela Secretaria da Previdência Complementar têm se tornado mais eficiente o que traz credibilidade ao setor. A Copasa está atualizada diante de todas as mudanças na legislação previdenciária. A referida empresa possui uma gestão atuarial planejada e eficiente. Tendo em vista que essa Gestão ainda é pouco praticada no país, afinal, oferecer para os funcionários um plano de previdência complementar significa aumento nos custos. Contudo, nos últimos anos a previdência vem ganhando seu espaço. Ademais, o governo também vem modernizando a legislação desse setor o que deve estimular pessoas e empresas a aderirem planos de previdência complementar.

Quanto em relação à gestão de recursos humanos abordada na disciplina Psicologia Aplicada às Organizações, a Copasa desenvolve diversos programas em prol, não apenas dos seus funcionários, mas como também para familiares e a sociedade. Os programas foram citados no trabalho e é importante fazer referências aos mesmos, já que representam grandes benefícios conquistados pelos funcionários com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais — SINDÁGUA.

Conclui-se, portanto, que com a prática de uma gestão fiscal e previdenciária eficiente todos têm a ganhar seja a empresa, os sócios, os financiadores, o funcionário, o governo e a sociedade. O tema abordado pelo trabalho interdisciplinar foi bastante pertinente, embora atualmente sejamos alunos do curso de Ciências Contábeis, estamos estudando, para futuramente estarmos à frente de grandes empreendimentos, de grandes negócios e é por isso, que todos estes conceitos precisam estar claros para os futuros líderes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de. **Planejamento Governamental para os Municípios:** plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. São Paulo: Atlas, 2006. 285p.

BRASIL. Governo de Minas Gerais. **Plano Plurianual.** Disponível em: <<http://www.sefaz.mg.gov>>. Acesso em: 22 set. 2009.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Crescimento do PIB e Índices de Inflação.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2008.

_____. **Lei 6.404/76:** dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em: 7 set. 2009.

CALDARELLI, Carlos Alberto; DIAS, Adriana Marques. **Lei 11.638:** uma revolução na contabilidade das empresas. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2008 62 p.

CHAN, Betty Lílian; SILVA, Fabiana; Andrade, Gilberto. **Fundamentos da Previdência Complementar:** da atuária à Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2006. 239p.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Demonstrações Financeiras 2008 da Companhia de Saneamento de Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 28 set. 2009.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. Incorporação, Fusão, Cisão e Outros Eventos Societários. São Paulo: Atlas, 2001.

GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 308p.

KPMG CORPORATE FINANCE. Pesquisa de Fusões e Aquisições. São Paulo, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.kpmg.com.br>>. Acesso em: 03 set. 2009.

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; JÚNIOR, José Hernandez Perez. **Manual de Contabilidade Tributária:** textos e testes com as respostas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 528p.

SOUZA, Silney de. **Seguros:** contabilidade, atuária e auditoria. São Paulo: Saraiva, 2002.

VASCONCELLO, Marco Antônio Sandoval de; OLIVEIRA, Roberto Guena. **Manual de Microeconomia.** 2. ed. São Paulo: Atlas. Cap.1, p.17-28.